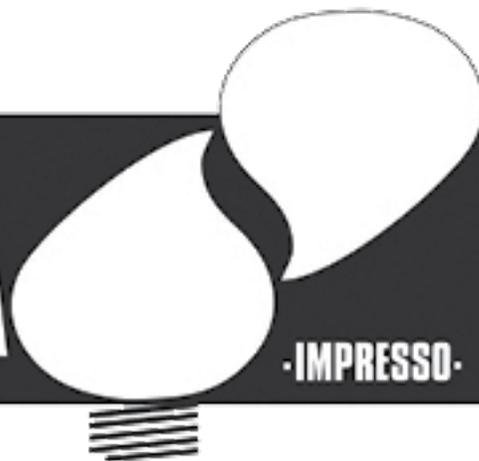




INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1326 - 25 de julho de 2016



·IMPRESSO·

Rodada

INCERTA

Diretoria não encaminha nova proposta de PLR e deixa negociação do ACT, que deveria iniciar nesta quinta-feira, em um mar de incertezas



Um dia após uma forte mobilização, que buscava o respeito pelas negociações e reivindicações da categoria, os dirigentes sindicais entregaram à empresa a pauta de reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho 2015/16. Reunidos com o presidente da Celesc e com o Diretor de Gestão da empresa, os dirigentes sindicais falaram sobre os desejos da categoria e a expectativa para uma negociação que respeite os direitos históricos dos celesquianos.

Os motivos da paralisação dos trabalhadores também foram tema da conversa. Apesar de alguns avanços, como a realização de nova reunião do GT do PCS, a PLR continua sen-

do um problema. Os sindicatos da Intercel reafirmaram a reivindicação da categoria pelo avanço na parcela linear e pelo reajuste dos valores a serem distribuídos, deixando claro que enquanto não houver resolução na PLR a negociação do acordo coletivo não iniciará.

Agora, a data da primeira rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/17 chega com incertezas, pressionando os trabalhadores. Mesmo após a forte paralisação dos celesquianos a Diretoria da Celesc parece insistir no embate com os trabalhadores, travando a negociação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Até o fechamento desta edição a empresa não havia encaminhado à

coordenação da Intercel uma nova proposta para apreciação dos trabalhadores.

Ao atrasar a negociação da PLR e embolar o debate com a negociação do ACT a Diretoria parece firme na decisão de "encarar" a categoria, apostando em uma greve para retirar direitos dos trabalhadores. Mais do que nunca este é o momento de uma grande união. Os trabalhadores precisam estar mobilizados e organizados para defenderem seus direitos e lutarem pela Celesc Pública. Esta primeira rodada de negociação dará a tônica do ACT. Só uma coisa é certa: é hora de deixar de lado os interesses individuais e se unir em defesa do coletivo.

**INTERCEL MOBILIZA
POLÍTICOS CATARINENSES
EM DEFESA DA CELESC**

**TRIBUNA LIVRE:
DESMISTIFICAR A REFORMA
TRABALHISTA**



DEFENDER A ELETROBRAS É DEFENDER O BRASIL

Austrália tenta proibir chineses de comprar empresas de energia no país. E nós?

Enquanto o Governo Federal brasileiro tenta à todo custo vender as empresas públicas nacionais, o governo Australiano toma medidas para impedir a venda da maior estatal de energia elétrica, citando razões de soberania nacional. Segundo reportagem do jornal Valor Econômico, publicada no dia 12 de agosto, há uma disputa entre uma empresa Chinesa (State Grid Corp.) e de Hong Kong (Cheung Kong Infrastructure Holdings Ltd). Entretanto, segundo o primeiro ministro australiano, "as preocupações com segurança nacional não estão relacionadas aos países [ofertantes] e se referem à estrutura da transação e à natureza dos ativos." Ou seja, energia elétrica é um bem essencial e importante para a soberania de qualquer país, devendo ficar nas mãos quem está comprometido com o povo.

Respeitadas as diferenças de ordem geográfica, econômica, social e cultural entre a Austrália, Brasil e China, bem como a constituição de suas empresas estatais, cabe refletir sobre os argumentos utilizados pelo governo australiano para "barrar" a investida dos Chineses. Destaca-se no texto a preocupação com a segurança nacional e a potencial ameaça a uma infraestrutura vital do país.

Na atual conjuntura que o Brasil atravessa, com a possibilidade apontada de privatização de ativos de empresas como Eletrosul, Furnas e Eletronorte, temos obrigação de refletir sobre esses argumentos utilizados pelo governo aus-

traliano. Reiteradas vezes, ao se defrontar com essas ameaças, o movimento sindical aponta para a importância estratégica da manutenção de ativos públicos das empresas de energia, Petróbras e Eletrobras.

Os interesses econômicos de transnacionais ou até mesmo empresas estatais estrangeiras nos ativos de nossas empresas públicas são claros! Reforçar o poderoso cartel internacional da indústria de energia poderá repetir os danos causados com a privatária já vivenciada por nós em passado recente.

A internacionalização dos preços de energia, antes da privatização da década de 80, como estratégia para venda das empresas, é o principal responsável pelo alto custo da energia que penaliza especialmente os consumidores cativos, ou seja, nós mesmos, trabalhadores. A insegurança com relação à manutenção dos empregos, pelo enxugamento dos quadros de pessoal das empresas "privatizáveis", a questionável "reforma da CLT" em andamento no Congresso Nacional são apenas algumas de tantas consequências funestas que poderão atingir a classe trabalhadora, em especial petroleiros e eletricitários.

Por isso, mais uma vez, somos chamados a estudar, discutir, compreender e a nos posicionar contra essa investida internacional contra empresas que são patrimônio da sociedade brasileira. Defender a Petrobras é defender o Brasil! Defender a Eletrobras é defender o Brasil!

TUDO O PAÍS POR UMA VIDA E TRABALHO DIGNOS!

Após apresentação para Diretoria, encontro nacional do Vida Viva é realizado em Concórdia

No dia 12 de agosto foi apresentado para a Diretoria da Celesc o relatório de implantação do projeto Rede Vida Viva nas Agências Regionais de Florianópolis, Tubarão e Criciúma, participaram da reunião os monitores do projeto, além de sindicalistas, do representante dos trabalhadores no Conselho de Administração e da coordenação nacional e internacional da Rede Vida Viva. Os participantes concluíram que o trabalho realizado serviu para que todos refletissem sobre a vida, saúde e trabalho, em um momento de troca de experiências fantástica. O trabalho é coletivo e apresenta a necessidade de compreender as dificuldades, os anseios e angústias do outro, além de debater os problemas levantados na realização do trabalho, e buscar soluções. Os participantes são convidados a tomarem parte nas discussões sendo os sujeitos da ação. Os dados levantados até o momento permitem análises importantes em relação ao sentimento de pertencimento do trabalhador à empresa, bem como identificar os principais impactos à sua saúde que estão relacionados ao trabalho. Os dados levantados permitirão a elaboração de estratégias para modificar o quadro atual, contribuindo assim para uma organização mais eficiente dos processos de trabalho. O presidente da Celesc, Cleverton Siewert, o diretor de Gestão Corporativa, Nelson Santiago, e o gerente do Departamento de Gestão de Pessoas, Guilherme Correa, participaram da apresentação e elogiaram o trabalho feito pelos próprios trabalhadores.

ENCONTRO NACIONAL

De 19 a 21 de agosto, em Concórdia, foi realizada a reunião da Plataforma Nacional da Rede Vida Viva, com a participação de monitores da Rede de diversas categorias (eletricistas, químicos, alimentação, professores, servidores públicos federais, estaduais e municipais) e de Estados brasileiros como São Paulo, Pernambuco, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais. A reunião contou, também, com a presença da Coordenadora Nacional, Mara Lira e do Coordenador internacional, Heiner Frederich e discutiu a agenda nacional para o próximo ano e os eixos do 10º Encontro Internacional de Monitores da Rede, que acontecerá em Florianópolis de 12 a 14 de novembro.

A Plataforma Nacional e Internacional da Rede Vida Viva e os sindicatos da Intercel definiram como fundamental e corajosa a decisão da diretoria da Celesc em dar continuidade no projeto, agora envolvendo os trabalhadores da região norte do estado.



ENGIE ENERGIA

A MAIOR PLENÁRIA DOS ÚLTIMOS ANOS

Participação dos trabalhadores é retrato de uma grande expectativa na negociação do ACT



Mais de oitenta empregados participaram no último dia 20/08, em Laguna – SC, da Plenária de Fechamento da pauta de reivindicações visando o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2016/17.

Na maior Plenária dos últimos anos, empregados vindos da maioria das áreas da empresa, lotaram o auditório Anita Garibaldi do Turist Hotel demonstrando grande mobilização em relação a negociação do ACT deste ano. Inspirados no espírito guerreiro da heroína de dois mundos, discutiram com grande interesse a conjuntura nacional/internacional e a situação econômica/ financeira da ENGIE, culminando na aprovação, a partir das propostas vindas das assembleias, em uma pauta enxuta, realista e factível.

ENTREGA DA PAUTA

A entrega da pauta aconteceu ontem, 23/08, juntamente com uma correspondência sobre demandas levantadas nas assembleias que por suas características configuraram-se questões administrativas e/ou gerenciais. "A pauta muito mais que uma mera formalidade burocrática que se repete todo ano, representa a expectativa, os anseios e os desejos dos/as empregados/as da ENGIE", disse Zeloir Guimarães, coordenador da Intersul na negociação deste ano.

A Intersul propôs formalmente a data de 21/09 para a primeira rodada de negociação. Em mesa a empresa sugeriu a data de 06/10 para a primeira rodada efetiva de negociação, considerada pelos dirigentes "muito tarde" para o início das negociações e desconectada da disposição da empresa e dos sindicatos de fechar o acordo ainda em 2016. Aguardamos agora uma posição oficial da ENGIE.

TRIBUNA

— livre —

Desmistificar a reforma trabalhista

Por Alessandro da Silva

A reforma trabalhista discutida no Brasil há alguns anos tem por objetivo reduzir os custos do capital com a força do trabalho. A defesa dessas mudanças, via de regra, parte de três mitos: o da outorga, o da CLT e o da competitividade.

Segundo o primeiro mito, construído na década de 1940, os direitos trabalhistas foram uma dádiva concedida pelo governo de Getúlio Vargas, com inspiração no fascismo italiano, sem que tenha havido um movimento de reivindicação.

Atualmente são vários os estudos históricos que demonstram quanto essa concepção é equivocada, pois já no início do século 20 o Brasil contava com um movimento operário bastante combativo, a ponto de uma das maiores greves de que se tem notícia em nossa história ter sido realizada no ano de 1917. A mobilização manteve-se firme na década de 1920, mas a repressão aumentou nos anos 1939 e atingiu seu ápice com a ditadura do Estado Novo, imposta pelo próprio Vargas em 1937.

Logo, o modelo de regulação do mercado de trabalho construído durante esse período foi, sobretudo, uma conquista dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira e não mera concessão de um Estado benevolente.

Já o mito da CLT apregoa a ideia de que essa norma não teria acompanhado as mudanças havidas no mundo desde 1943, ano em que ela foi publicada. Ora, basta abrir a CLT para perceber que ela foi objeto de inúmeras alterações, que acarretaram supressão ou a modificação de vários artigos e até de capítulos inteiros. Tanto é assim que, por exemplo, atualmente não existe a estabilidade decenal, substituída pelo FGTS ainda nos anos 1960, sem contar as várias matérias que foram reguladas pela legislação esparsa. Em suma, a CLT de 1943 simplesmente não existe mais e, por consequência, o argumento de que ela estaria obsoleta não passa de falácia.

Por fim, o mito da competitividade alardeia que seria necessária uma faxina na legislação trabalhista para permitir que nossas empresas pudessem competir no mercado globalizado. Novamente a história revela que os países que desregulamentaram seu mercado de trabalho apenas produziram mais desemprego e miséria. Isso porque essas políticas acarretam a redução do consumo no mercado interno, além do que simplesmente não há como competir com a Ásia, particularmente com a China, em matéria de trabalho mal-remunerado.

Uma discussão séria, comprometida com o futuro de nosso país, acerca das relações de trabalho, deveria começar pela aplicação da legislação trabalhista, já que os seus níveis de efetividade ainda são muito baixos.

Alessandro da Silva é Juiz do Trabalho. Texto publicado originalmente no jornal Notícias do Dia, em 19/8/2016. Reproduzida com autorização do autor.

CELESC

INTERCEL MOBILIZA POLÍTICOS CATARINENSES EM DEFESA DA CELESC PÚBLICA



A Medida Provisória 735 pelo Governo Federal Interino foi mais um ataque às empresas públicas. Editada com a intenção de facilitar a privatização do setor elétrico, a MP teve 127 emendas. Para defender a Celesc Pública, os sindicatos que compõem a Intercel, em conjunto com o representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro Nunes buscaram o apoio dos políticos catarinenses. O Deputado Federal Pedro Uczai (PT) recebeu os dirigentes sindicais na sexta-feira, dia 19, para debater as ações para resguardar a Celesc e as demais empresas públicas do Brasil. Uczai é vice-presidente da Comissão Mista que analisará as emendas e já atuou em benefício dos eletricitários: através de uma requisição sua, o Conselheiro Eleito foi convidado à participar da Audiência Pública que debate a MP e suas emendas, como expositor. Isto é: Leandro utilizará a palavra para defender a Celesc Pública e também a flexibilização das metas da manutenção da concessão, proposta na emenda 87, de autoria do Senador Roberto Muniz (PP/BA) na próxima terça-feira, dia 30, em Brasília. O apoio dos políticos catarinenses é fundamental neste processo. Nesta quinta-feira, dia 25, está agendada reunião com o Deputado Mauro Mariani (PMDB), também buscando apoio para a manutenção da Celesc Pública.



Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina

Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)

Conselho Editorial: João Roberto Maciel

Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC
CEP 89216-000
(047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Tudo pronto para o

ABATE

Por Dino Gilioli

Do ponto de vista pragmático, não há mais o que fazer. Do ponto de vista simbólico, sim. Todas as provas arquitetadas, feito filme de ficção, estão postas à mesa. O banquete será servido logo mais, para o deleite dos esfomeados. Os patrulheiros da moral e da ética, se postam para o julgamento, dispostos à atirarem a primeira pedra.

Seria cômico, não fosse trágico! Quase 40 dos julgadores ou são réus, ou investigados por crimes diversos, ou beneficiários de propina da Petrobrás. O enredo da trama foi elaborado dentro do Palácio. Os conspiradores, dentre eles um vice-presidente e ex-ministros, se deleitam, porque a fatura está devidamente paga. Há poucos riscos de não se consumir o veredito final. A (im)provável cassação do deputado federal Eduardo Cunha ficou para setembro. O julgamento das contas da campanha presidencial de Dilma Rousseff/Michel Temer, ficou para setembro.

Ou seja, nada que poderia atrapalhar ou meramente riscar o verniz do rito teatral está colocado no cenário da política brasileira. Não há a menor chance de dar errado: teremos um agosto ao gosto golpista. Só um fato muito contundente, poderia mudar o rumo da história. Será que a mídia monopolista, anunciará? Será que a justiça (cega?), enxergaria? Será que o Senado entreguista, entregaria?

A farsa está quase completa e os bufões riem à toa. O valor já foi recebido, é só cumprir o prometido. O tribunal, aos olhos do mundo, fará o que se comprometeu a fazer com muita presteza: o abate da presa! Dilma vai ocupar, pela segunda vez na vida, o banco de réus no qual deveriam estar sentados seus algozes. Uma maioria corrupta deverá condená-la, mesmo diante de uma abstrata fundamentação jurídica. Se trata tão somente de um julgamento político!

Os que perderam a eleição, estão fazendo o que prometeram: "vamos sangrar o governo". Mais do que sangrar, estão abatendo! A campanha invisível de grupos internacionais aliados à grupos nacionais, contrários a direitos trabalhistas, descontentes com os poucos avanços civis/sociais e estarecidos com a aliança do Brasil fora do eixo estadunidense, favoreceram, sobremaneira, à baixa popularidade do governo Dilma e às grandes manifestações estimuladas/orientadas imagetivamente pelos patos da FIESP.

O comparecimento da presidenta Dilma Rousseff no Senado não deverá mudar os votos, lacrados à sete chaves pelo governo TEMERário. Será um momento simbólico, de se olhar olho no olho. De não baixar a cabeça, àqueles que se dizem representantes do povo. Um momento de expor, de escancarar a falta de provas concretas para o impedimento de um governo legítimo, eleito democraticamente.

A presença de Dilma poderá ser apenas mais uma etapa do processo farsesco. Ou uma oportunidade de denunciar o governo imposto e o projeto antinacional de redução de direitos trabalhistas e de entrega do patrimônio e riquezas do país. Poderá ser mais uma oportunidade de conclamar à luta pela democracia e derrocada de um governo usurpador. Este sim, um legítimo representante da oligarquia internacional e nacional; contrário aos interesses do povo e de uma nação que se pretende soberana.

Tudo pronto para o abate. Nada a comemorar!

"A farsa está quase completa e os bufões riem à toa. O valor já foi recebido, é só cumprir o prometido. O tribunal, aos olhos do mundo, fará o que se comprometeu a fazer com muita presteza: o abate da presa!"

